

A APAEB E A (RE) ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO SEMI-ÁRIDO BAIANO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

Vanessa da Silva Vieira
Universidade do Estado da Bahia
Rua Candido Pimentel ,68 – Centro – 44340000- Brasil
vanessa_bahia@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A finalidade desta comunicação é discutir a ação da APAEB (Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia) na re-organização da Região Sisaleira do semi-árido baiano, a partir da ação do capital social, destacando, neste contexto, o município de Valente. A difusão das estratégias desta associação é importante para desvelar um contexto de novos paradigmas alternativo para a transformação e desenvolvimento numa região que tradicionalmente esteve vinculada ao marketing da seca e da miséria.

Segundo Milani,

O capital social refere-se à capacidade e à habilidade dos cidadãos de conectar-se. Redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações; criam espaços nos quais a comunicação pode ter lugar, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados (2002,.21)

O município de Valente que representa a sede da APAEB foi criado em 12 de agosto de 1958, a partir do desmembramento do município de Conceição do Coité – Bahia e integrou a APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia, desde as suas primeiras atuações. O município localizado na Região Nordeste da Bahia, é intensamente atingido pela seca, tem como atividade de base a pecuária de pequeno porte e a produção de sisal¹ tipicamente primário-

¹ O Sisal é uma fibra têxtil extraída das folhas do agave (Sisalana Perrine, Amarilidaceae) e originária da península de Yukatan, no México. No Brasil, o sisal começou a ser cultivado em 1903, na Paraíba. Nos dias atuais, a exploração do sisal concentra-se no Nordeste, geralmente, em áreas onde as condições de clima e solo são poucos favoráveis ou de escassas alternativas para a exploração de outras culturas que ofereçam resultados econômicos satisfatórios. Os Estados da Bahia (92%), Paraíba (5%) e Rio Grande do Norte (3%) são os maiores produtores da planta no Brasil, sendo que na Paraíba o sisal se constitui como principal produto da exportação, e na Bahia, é o quinto produto em termos de importância econômica. Na região sisaleira, situada no nordeste da Bahia, a planta do sisal chegou em 1910, no município de Santa Luz e depois se expandiu para toda região, sendo que os municípios de Santa Luz, São Domingos, Valente e Conceição do Coité foram os que mais se destacaram na produção e cultivo do sisal e se tornaram referências nessa área, integrando hoje a APAEB (www.moc.org.br/not_2005).

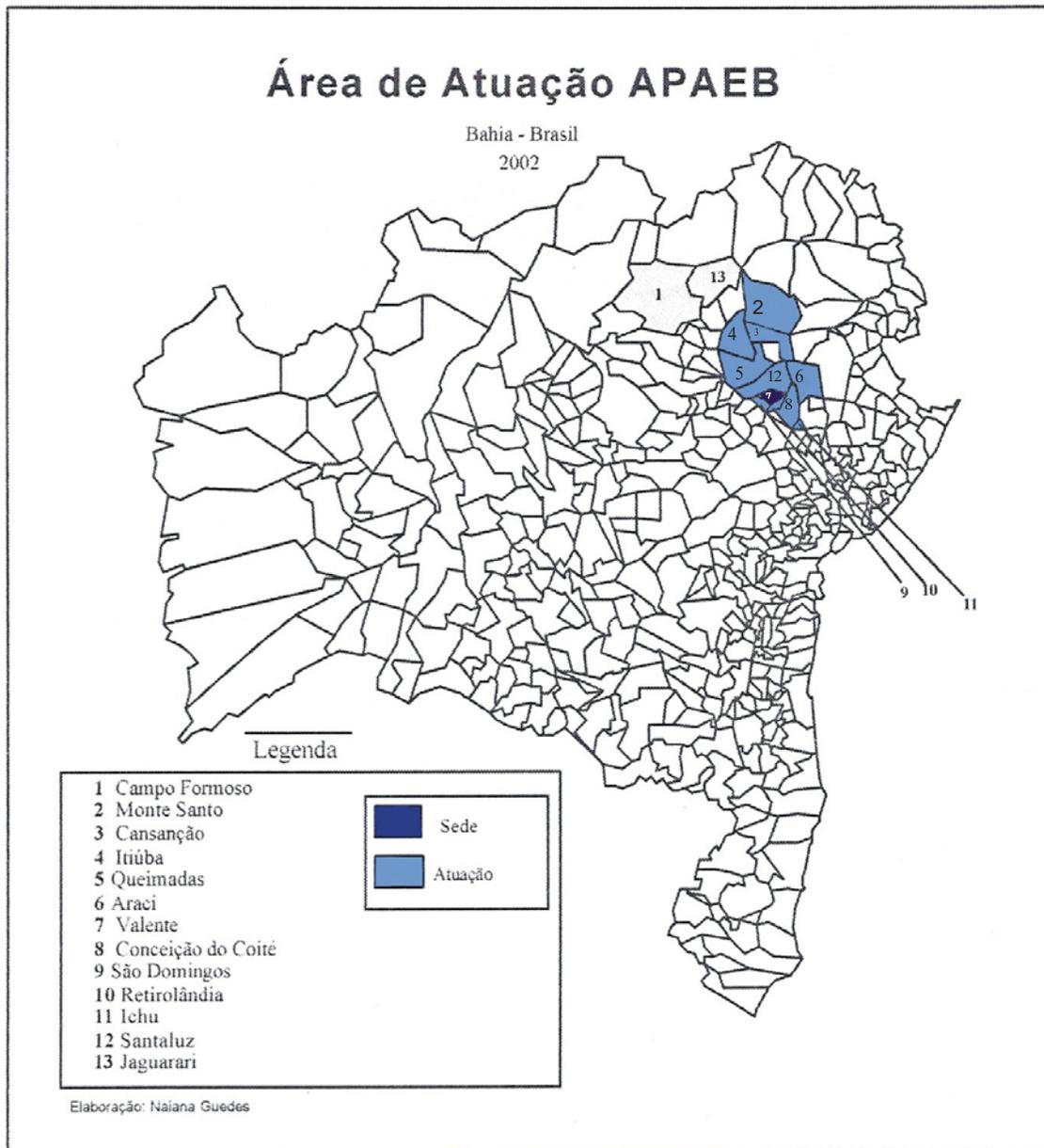
exportadora. O destaque para este município se dá pelo fato de que enquanto nos outros municípios as APAEBs enfraqueciam, exercendo basicamente o papel de intermediadoras dos empréstimos fornecidos pelos órgãos governamentais aos pequenos agricultores, em Valente a associação tornou-se fortalecida e dinâmica, desempenhando não somente tal elo burocrático, mas também atividades diversas, com objetivos coletivos e públicos.

Embora atualmente a associação permaneça com a mesma sigla, a mesma passou a ser designada como Associação do Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira e tem como missão *promover o desenvolvimento social e econômico, sustentável e solidário, visando a melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira*. A APAEB se configura como instituição não-governamental e sem fins lucrativos, teve suas raízes num complexo conjunto processual em que movimentos sociais buscavam meios que norteassem ações positivas para o bem estar social da população e a consolidação da cidadania mediante ações coletivas. Baseado em NORTH (1993) citado em FONSECA, (2003) afere-se que enquanto instituição a APAEB é um referencial para o desenvolvimento econômico local, fortalece os laços de coesão, através do respeito mútuo às regras e normas de convivência, além disso, destaca o papel da política e de suas articulações. A atual expressividade da APAEB é fruto de um contexto onde a comunidade reuniu elementos religiosos, culturais, sociais e políticos que suscitou a capacidade organizacional, favorecendo a uma re-organização positiva da região sisaleira no semi-árido baiano.

Segundo Silva (1993) as comunidades que integram a APAEB iniciaram, ainda que de forma embrionária, sua organização no período da ditadura, na década de 60, a partir do movimento de catequese da Igreja Católica, quando, mesmo sob suspeita dos militares, conseguiu articular os camponeses, mediante a ajuda do MOC – Movimento de Organização Comunitária, o qual teve muita importância no processo de fundação e consolidação desta Associação. Hoje, ainda, sediada no município de Valente a Associação dos agricultores tem seu campo de atuação direta em 13 municípios indicados na figura 01, constituindo-se

como referência internacional em relação à experiência de inovação social, sendo premiadas por importantes entidades nacionais e estrangeiras.

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO DA APAEB 2006



Deveras a APAEB reforça os laços de confiança e reciprocidade que fundamentam o capital social, além disso a associação prevê a captação de benefícios políticos, econômicos, culturais, sociais através de pactos de

solidariedade, do compromisso mútuo, mobilizando agentes civis para a construção de um entorno mais democrático e com menos desigualdades e a organização de uma atmosfera com melhores condições de vida. É necessário compreender que o capital social facilita a cooperação espontânea.

Segundo Putnam (2005) o capital social diz respeito a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Estas características foram a base para a consolidação da APAEB que teve como objetivos fundadores:

- Promover a organização dos pequenos agricultores
- Trazer gêneros de primeira necessidade diretamente das fontes produtoras repassando-os a preços bem mais acessíveis para seus membros
- Trabalhar pela valorização de toda a produção dos camponeses.

Percebe-se, então, que desde o início a Associação buscou a organização da sociedade civil em torno de uma base territorial bastante definida e com metas firmes e coerentes (SILVA, 2003). O que permitiu a ascensão da APAEB como uma oportunidade para a (re)organização da região sisaleira no semi-árido baiano, como poderá ser observado no próximo item.

2. A (RE) ORGANIZAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BAIANO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

Ao longo da história da humanidade pôde-se perceber que foram no contexto de grandes crises, fossem elas econômicas políticas ou sociais que advieram soluções eficazes. Baseado nesta verdade o surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores deu-se numa atmosfera peculiar de profunda crise da agricultura familiar de subsistência caseira, em meio a um momento político dirigido pelos militares na década de 70, do século XX. Durante este período, da Ditadura Militar, os pequenos agricultores costumavam reunirem-se escondidos da polícia e do poder público para discutirem sobre a situação precária em que viviam, idealizando formas de galgarem uma melhor situação. Na década de 70, a

insatisfação de produtores rurais com a política de tributação governamental levou-os às ruas em protesto organizado. A manifestação seguiu até a capital do Estado, Salvador, e ocupou o Centro Administrativo, na época ainda em construção. O protesto dirigia-se contra o imposto pago na venda do excedente produzido na agricultura de subsistência caseira, em feiras livres. Os tributos eram tão altos que os produtores rurais preferiam correr o risco de ter a produção apreendida pela fiscalização. O atendimento às reivindicações por parte do governo estadual acabou por animar os agricultores a se organizarem em associações e o Movimento de Organizações Comunitárias (MOC), sediado em Feira de Santana, ajudou a criar a APAEB, oficializada em 02 de julho de 1980 (ARAÚJO, 2004).

Inicialmente a Associação possuía um estatuto único para todos os municípios participantes, mas em 1990, influenciado pelas vertentes da autonomia da Constituição Federal de 1988, concretizou-se a municipalização com caráter formal e jurídico, por sua vez, os associados puderam criar seu estatuto e ter autonomia para determinar sua organização e forma de atuação. Entretanto, apenas em 1993 foi instituída a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB), que permanece com a mesma sigla devido ao seu valor simbólico, construído via muitas lutas (SANTOS, 2002).

Com efeito, a capacidade intra e interorganizacional desta Associação é um sustentáculo para a inovação no sistema de engenharia na produção agrícola, que vem conseguindo penetrar de forma competitiva no mercado internacional. Na associação as parcerias são estabelecidas, sobretudo, entre organizações não-governamentais estrangeiras e nacionais e sociedade civil organizada política e territorialmente. O apoio se dá através de financiamento (quadro 01), contatos e ações conjugadas (quadro 02) e outras formas de apoio mantido desde sua formação em 1980 (quadro 03).

Santos (2002) a partir do seu trabalho de pesquisa afirma que a ação da APAEB tem territorializado vários elementos: fábricas de carpetes, depósito de sisal, escola agrícola, agências bancárias – cooperativas de crédito, posto de venda e supermercado, clubes. Todos estes elementos têm contribuído para a reorganização do espaço local de Valente, incentivando a inclusão social e o dinamismo do território, acrescentando ao mesmo, vantagens competitivas baseadas no desenvolvimento de amplas e dinâmicas formas organizacionais, mediando um projeto político voltado para este território (SILVA, 2003).

QUADRO 01 - APOIOS FINANCEIROS –2004

INSTITUIÇÃO	ORIGEM
Disop	Bélgica
Fundação Kellogg	Estados Unidos
Fundação La Guardia	Estados Unidos
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Governo federal
Ministério do Esporte	Governo federal
Refaisa	Rede de Escolas Famílias
Agrícolas Integradas ao Semi-árido	Brasil
Schwab Foundation	Suíça
SICOOB-COOPERE - Cooperativa Valentense de Crédito Rural	Valente
Simfr	Bélgica
Volens	Bélgica

Fonte: APAEB disponível em < <http://www.apaeb.com.br/>

QUADRO 02 -APOIO ATRAVÉS DE CONTATO INFORMAÇÕES E AÇÕES CONJUGADAS – DESDE 1980

ENTIDADE	ORIGEM
Ashoka	Rio de Janeiro, São Paulo
Associações comunitárias	Valente e região sisaleira
Banco do Nordeste	Feira de Santana (BA)
BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)	Rio de Janeiro (RJ)
CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional)	Salvador (BA)
Cáritas brasileira	Salvador (BA)
Ceris	Rio de Janeiro (RJ)
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços	Salvador - Bahia
Cordaid	Holanda
Croona	Salvador (BA)
CUT- Central Única dos Trabalhadores	Brasil
Embrapa	Brasil
Equipe	Recife - Pernambuco
Fase	Pernambuco
Fórum da Cidadania	Valente
Fundação Getúlio Vargas	São Paulo (SP)
Fundação Doen	Holanda
Fundação Heinrich Boll	Alemanha
Igrejas	Valente e Região
Il Canalli	Itália
Inter American Foudation	Estados Unidos
Irapa - Instituto regional da pequena agropecuária apropriada	Juazeiro - Bahia
Kreditbank	Bélgica
Lateinamerika Zentrum E.V	Alemanha
Manos Unidos	Espanha
Misereor	Alemanha

ENTIDADE	ORIGEM
MLAL	Itália
MOC	Feira de Santana - Bahia
Pão para o mundo	Alemanha
Prefeituras	Valente, Retirolândia, Santaluz, São Domingos
Refaisa	Salvador
Sabiá, Cultura e Arte Popular	Rio de Janeiro (RJ)
Sebrae	Bahia
Sindicatos de Trabalhadores Rurais	Valente e região
Sudic	Bahia
Refaisa	Salvador (BA)
Ronarco	Holanda

Fonte: APAEB disponível em < <http://www.apaeb.com.br/>

QUADRO 03 - APOIO FINANCEIRO E DE OUTRAS FORMAS – DESDE 1980

ENTIDADE	ORIGEM
Aecofaba	Riacho de Santana - Ba
Banco do Nordeste	Feira de Santana - BA
CAR	Salvador - BA
Caritas Brasileira	Salvador - BA
Ceris	Rio de Janeiro - RJ
Fase	Pernambuco
Fundação Doen	Holanda
Fundação Heinrich Boll	Alemanha
Il Canalli	Itália
Lateinamerika Zentrum E.V	Alemanha
MLAL	Itália
Misereor	Alemanha
Pão para o mundo	Alemanha
Sudic	Bahia
UEFS	Feira de Santana – BA
Vitae	São Paulo

Fonte: APAEB disponível em < <http://www.apaeb.com.br/>

QUADRO 04 - INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO- 1991/2000

MUNICIPIO	IDH 1991	IDH 2000
Araci	0.424	0.557
Ichu	0.568	0.675
Retirolândia	0.518	0.625
Santaluz	0.521	0.646
São domingos	0.531	0.624
Valente	0.540	0.657

Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Atualmente, com mais de 900 empregos gerados diretamente e movimentando milhões de reais na economia local, em forma de salários e compra de matéria-prima dos agricultores, a APAEB Valente continua lutando pelo desenvolvimento sustentável da região sisaleira, mantendo o homem no campo em condições dignas de vida. A primeira atividade econômica foi um modesto Posto de Vendas, um espaço onde os associados colocavam à venda os produtos da agricultura familiar e ao mesmo tempo podiam comprar outros produtos por preços mais baixos, já que não se visava o lucro no empreendimento. O passo seguinte foi juntar o produtor para vender em grupo o sisal, principal produto agrícola da região. Aos poucos, passou-se à bateadeira de sisal e depois à indústria de tapetes e carpetes. Assim, o dinheiro que antes ficava na mão de atravessadores e intermediários passaram a circular no município.

Valente apresenta uma experiência de caráter inovador que vem a alguns anos despertando o interesse acadêmico. Tal interesse busca se aproximar do porquê uma região pobre que compartilha de problemas políticos e geográficos tem incitativas que vem proporcionando o desenvolvimento local. Uma das hipóteses refere-se a própria constituição do capital social que tem produzido no município inovações produtivas e organizacionais. Segundo Fonseca (2005), a organizações de encontros, neste município, é fundamental para resolver problemas comuns que envolvem os municípios. Em Valente, por exemplo, a partir da pesquisa deste autor se percebe mobilizações com discussões voltadas para temas como crise, desenvolvimento local e microrregional, criando pactos territoriais e fortalecendo os vínculos horizontais.

Deveras, a transformação do sisal em fibra sintética agrega valor ao produto, fazendo que o mesmo ganhe espaço no mercado agrícola internacional. O fator inovador é que ao mesmo tempo em que enraíza sua identidade, produz um processo de enredamento global através de suas ações empreendedoras (*Idem*). Além deste fato, o beneficiamento do sisal e construção de derivados do produto tem se tornado uma alternativa para proporcionar bem-estar à comunidade, favorecendo a inclusão social. A APAEB possui grande importância no município de Valente, desenvolvendo atividades diversificadas, com objetivos coletivos e

públicos. Segundo Putnam (2005), as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade de governos democráticos, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. Isto significa que uma associação comprometida com o bem-estar da comunidade que a integra, tende a impelir a formação de governos mais democráticos ou pelo menos, menos centralizador e assistencialista.

O estudo de Silva (2003) ainda revela que a APAEB, visando acentuar os laços de solidariedade construiu um clube social, com piscina, ginásio coberto, lanchonete e dependências de apoio, incentivando a cidadania e aprofundando os elos cooperativos entre a comunidade. Neste ponto pode-se perceber um diálogo sintonizado entre as experiências de Putnam (*id*) na Itália cívica e a APAEB no sertão nordestino, ou seja, *a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.* (PUTNAM, 2005, p.104).

Pode-se aferir em Valente mudanças na estrutura e organização territorial tanto no ambiente urbano como no ambiente rural, que se desdobraram em bens sociais, acumulando o capital social e contribuindo para a elevação no índice de qualidade de vida (quadro 04). Do ponto de vista socioeconômico, político e cultural, a APAEB, mediante a territorialização do seu estatuto tem proporcionado não somente aos associados, mas a comunidade de Valente aumento de emprego e renda; inclusão social; politização, ampliando o ciclo de discussões sobre as necessidades da comunidade; integração comunitária e divulgação cultural, através de feiras e do clube associativo. Isto implica que as instituições, independentemente de serem públicas, privadas ou do terceiro setor devem estar imbuídas de satisfazer as necessidades de sua coletividade, para que efetivamente possam ter seu desempenho avaliado de forma positiva. Baseado em Fonseca (2005), afere-se que a APAEB, enquanto instituição dá as regras do jogo e enquanto organização agi com o propósito de ganhar o jogo, utilizando diversas estratégias, atitudes e coordenação. Por sua vez, os associados necessitam se adaptar às regras desse jogo para que possam participar, desenvolvendo a coletividade, confiança, cooperação e politização importantes para sua permanência, construindo uma nova territorialidade a partir do capital social.

No contexto da APAEB a divulgação do semi-árido é feito através de folhetos que demonstram as potencialidades da região e da qualidade dos produtos

fabricados, além do destaque para o manejo ecológico sustentável da produção e da erradicação do trabalho infantil no sertão da Bahia. Estas práticas inovadoras e lideradas pela comunidade confrontam as tradicionais políticas assistencialistas do governo estadual e nacional, sob a forma de programas de “combate à seca”, com obras de engenharia hidráulica, que beneficiam os latifundiários e oligarquias rurais, mas não amenizam as profundas dificuldades sociais acentuadas nos longos períodos de seca.

De fato a sociedade civil é estimulada a exercer uma cidadania ativa através do envolvimento na elaboração de políticas públicas, a partir da participação nos conselhos municipais, fóruns de discussões, reuniões e seminários que visam elaborar proposta de como “conviver” com a seca, já que por ser uma questão climática, a seca não pode ser combatida nem erradicada. Trabalhar a convivência com a seca é, ao mesmo tempo, trabalhar a cidadania. A frase lema da APAEB “O sertão tem tudo que se precisa; se faltar a gente inventa”, demonstra:

uma postura perante os recursos sertanejos que vai de encontro às metas adotadas nas ações governamentais e nos conhecidos discursos que são direcionados à região do semi-árido baiano, que geralmente defendem o combate à seca. Como fenômeno climático, a seca não pode ser extinta. O diferencial dos trabalhos desenvolvidos pela APAEB é justamente a convivência com os recursos existentes, historicamente pouco explorados. (ARAÚJO, 2004,. 23-24).

Enquanto governos clientelistas e patronos buscam uma solução subótima e omissa das reais causas da miséria no semi-árido baiano estimulando o comodismo e a dependência a APAEB se pronuncia através, do estoque de capital social, gerando mais de 900 empregos diretos, com direitos trabalhistas garantidos, onde mais de 5.000 pessoas já tiveram acesso a créditos rurais e cerca de 2.000 famílias são beneficiadas, numa região cuja metade da população está abaixo da linha da pobreza. Concordando com Putnam (2005) quando há um estoque adequado de capital social, é possível obter resultados mais otimistas e contínuos na organização do território. E é desta forma que a APAEB vem solidificando uma re-organização do semi-árido baiano convidando a comunidade a participar efetivamente das estratégias para galgar melhores condições de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da APAEB no semi-árido baiano constitui-se como mais um viés para a reflexão sobre o cidadão enquanto ator social no processo de desenvolvimento territorial. A presença do capital social no fundamento da instituição torna a sociedade algo mais do que o somatório de indivíduos, mas como atores sociais no processo de desenvolvimento da comunidade. Com isto não se pretende excluir a importância dos poderes públicos para a formação de uma atmosfera mais otimista em relação a condições de vida. Mas apontar que uma sociedade organizada, com características cívicas mais sólidas é um caminho para forçar atitudes por partes dos governos que considere as especificidades locais. O capital social se acumula através do empoderamento da comunidade cívica a partir da participação nos processos de tomada de decisão e o fomento de redes sociais.

As novas práticas políticas dirigidas pelos pequenos agricultores rurais da Bahia já tem um período de mais de quatro décadas considerando-se as primeiras mobilizações dirigidas pela Igreja Católica nos anos 60 do século XX. O que inferi a acumulação do capital social e sua difusão através dos laços de confiança, solidariedade,

Mesmo havendo divergências teóricas-conceituais sobre o Capital Social, o mesmo tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Os efeitos da democratização e re-democratização em muitos países pobres tem sido importantes para revisar teorias convencionais sobre o desenvolvimento das localidades, sobretudo, àquelas relacionadas ao assistencialismo que estimulam a dependência e o comodismo.

O fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais podem exercer um papel importante nas políticas e projetos que visem a superação do estado de pobreza e a integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e esfoliadas de bens materiais, a cultura e as tradições com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social podem ter um papel fundamental. O resgate de padrões tradicionais na preparação de alimentos, elaboração de produtos de artesanato, cantos e danças pode funcionar como elemento-chave na reconstrução da identidade coletiva e do capital social.

Factualmente, foram observadas a partir dos diferentes materiais bibliográficos utilizados diversas modificações suscitadas pela atuação da APAEB: integração e

fortalecimento da comunidade fruto da dinamização dos fluxos horizontais; utilização de tecnologia a partir das especificidades naturais da região; alargamento e diversificação da base produtiva; politização da comunidade mediante o incentivo à participação nas reuniões, seminários e conselhos; elevação do preço dos produtos regionais a partir da coibição de atravessadores; preocupação com as questões ambientais e com o trabalho infantil, criando meio para incentivar a permanência da criança na escola e a preservação ambiental e a melhoria na qualidade de vida da população, devido a geração de emprego, com salários superiores à média regional . Visto isso, reafirma-se que a referida instituição, na sua região de atuação, suscita mudanças expressivas para a comunidade.

A análise desenvolvida sobre o trabalho da APAEB é uma oportunidade para valorização dos recursos territoriais, bem como do estudo regional, considerando um agente específico e o enredamento de suas relações com diferentes entidades. A reorganização que esse agente efetiva através das diversas atividades fomentadas tem resultados expressivos para o desenvolvimento. Nesta perspectiva, o exemplo da APAEB é representativo para afirmar e reafirmar os efeitos do desenvolvimento endógeno deste recorte territorial. Entretanto, ratifica-se que este desenvolvimento será mais sólido à medida que novos agentes participarem, formando uma rede de solidariedade e cooperação entre os diferentes setores da sociedade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2006. Disponível em: < [http:// www.apaeb.com.br](http://www.apaeb.com.br).

ARAUJO. N. G. Capital social no semi-árido baiano: o exemplo APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. *Cadernos do SepAdm*, n1, 2004. p. 17-24.

MOC - Movimento de organização Comunitária. 2006. Disponível em:< <http://www.moc.org.br>.

FONSECA, A. A. M. da. *Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista / Bahia – 1997/2003*. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Inovação institucional e a criação de pactos territoriais nos municípios baianos. In: Seminário Nacional Infra-Estrutura, Organização Territorial e Desenvolvimento Local, 4., 2005, Salvador-Ba. *Anais do 4º Seminário Nacional Infra-Estrutura, Organização Territorial e Desenvolvimento Local*. Salvador: CEPEX / UCSAL, 2005. CD-ROM.

MILANI, Carlos. Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. 2006. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Tradução Luis Alberto Monjardim.

SANTOS, E. M. C. A APAEB e a (re) organização no semi-árido da Bahia. In: *Humanas*. Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Feira de Santana: UEFS, ano 1, n.1, jan/jun 2002.

SILVA, S. B. de M. e., SILVA, B-C N. Reiventando o território: tradição e mudança na região do sisal - Bahia. In: *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2003.